



UM MUSEU, UM LABIRINTO E UMA GALERIA INFINITA: A BIBLIOTECA COMO ARTIFÍCIO LITERÁRIO

Fabício José Nascimento da Silveira¹

INTRODUÇÃO

O que é uma biblioteca e como podemos apreender a evolução histórica desse conceito? Reconhecendo a multiplicidade de respostas possíveis para tais indagações, o presente capítulo aproxima-se da literatura e de suas potencialidades representativas. Essa escolha implica considerar as narrativas literárias como uma instância de produção

¹ Este texto constitui-se em uma reescritura do primeiro capítulo de minha tese de doutoramento, que foi defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob orientação da Profa. Dra. Alcenir Soares dos Reis. Manifesto aqui meu respeito, minha admiração e meus agradecimentos a ela, por ter me deixado muito do “[...] desassossego, e o dilúvio, ou seja, o vôo obedesciente que depois do depois (mais tarde) me há-de ligar ao pulso abrasador do meu Mestre.” Cf.: LLANSOL *apud* CASTELLO BRANCO, 2011, p. 228.

discursiva que sintetiza de maneira lapidar os diversos saberes, códigos e valores que atravessam as experiências humanas, mimetizando, em face disso, o mundo que nos cerca.

Caminhando nessa direção, recorre-se às obras de Antoine Compagnon, Roland Barthes e Ítalo Calvino tendo-se em vista demarcar que, embora inscrito no universo infinito da ficção, o saber literário está aberto a outros caminhos, a veredas cujas bifurcações acenam para a possibilidade de a literatura agir na história. Não sem razão, a tessitura literária agencia e nos oferece diferentes ângulos de percepção do mundo, portando-se, pois, como “[...] uma dessas mínimas porções nas quais o existente se cristaliza numa forma, adquire um sentido que não é nem fixo, nem definitivo, nem enrijecido numa imobilidade mineral, mas tão vivo como um organismo.”²

Organismo vivo, eis uma boa metáfora para se falar da biblioteca. Edificada sob a égide da acumulação perpétua, a evolução histórica desse conceito forja-se congregando em torno de si inúmeras matrizes de simbolização cujo conjunto acaba por assinalar distintas relações com o conhecimento, com o espaço e com o tempo. Não por acaso, sua gênese universalista tem como contraponto uma ampla gama de restrições técnicas, ergonômicas, políticas e culturais responsáveis por prescrever e ressignificar continuamente suas modalidades de inserção e atuação social.

Assim observado e adotando por princípio de que “[...] uma biblioteca nunca é alheia à sua época e esta se manifesta naquela pela ordem dos saberes que incita a sua fundação [...]”³, o capítulo apresenta, ainda, um panorama evolutivo da própria ideia de biblioteca. Evadindo-se das pretensões de exaustividade, o percurso aqui traçado centra-se em três momentos bem delimitados: a criação das primeiras coleções no Mundo Antigo, a consolidação dessas instituições como centro de produção e preservação do conhecimento na Europa medieval, e os desdobramentos conceituais e funcionais impostos às bibliotecas pelas novas dinâmicas socioculturais que ganharam forma em nossa época contemporânea.

Três narrativas ficcionais nos servem de guia nesse percurso analítico: o livro *Memórias de Adriano*, da francesa Marguerite Yourcenar; a obra *O nome da rosa*, do escritor italiano Umberto Eco; e o conto A

² CALVINO, 2008, p. 84.

³ GOULEMOT, 2011, p. 60.

biblioteca de Babel, do argentino Jorge Juiz Borges. Em seu conjunto elas evidenciam que, no momento em que a biblioteca se converte em artifício literário, certos elementos de sua historicidade são revelados e distendidos pelo trabalho de representação poética. Distensão que, por sua vez, nos ajuda a melhor compreender os paralelos e paradoxos, as proximidades e as contradições prático-simbólicas que demarcam sua constituição enquanto esfera de atuação e intervenção sociocultural. Dito isso, comecemos por refletir sobre aquilo que Michel Foucault definiu como “[...] o espaço mortal onde a linguagem fala de si mesma [...]”⁴. ou seja: a literatura.

ESSE MURMÚRIO SEM FIM QUE SE CHAMA LITERATURA

Literatura para quê? Ao instituir esse questionamento como ponto de partida para sua aula inaugural no Collège de France, Antoine Compagnon pretendia responder a uma indagação ainda mais instigante: por que se falar de literatura na contemporaneidade? Notando de imediato que as relações entre literatura e modernidade nunca deixaram de ser conflituosas, o discípulo de Barthes e Foucault estabelece uma reflexão acerca dos usos e poderes por meio dos quais o discurso literário se dá a ver tanto no espaço público, quanto no domínio das nossas vidas individuais. Percurso assinalado com o objetivo de apreender, em última instância, quais são as faculdades da literatura e qual a sua pertinência para nossas vidas.

Em sua conferência, Compagnon elenca três atributos que demarcaria as potencialidades simbólicas e elucidativas das produções literárias, são elas: enquanto exercício de reflexão, a literatura responde a um projeto de conhecimento do homem e do mundo; em paralelo a isso, dota os indivíduos da capacidade de ampliar, por meio da leitura, certas visões de mundo por vezes impostas pelas restrições da vida cotidiana. Por fim, ao lapidar e distender os sentidos da palavra, o discurso literário compensa a insuficiência da linguagem e de suas categorias, pois

[...] tem condição de exprimir o contínuo, o impulso e a duração, ou seja, de sugerir a vida. [...] De desvelar uma verdade que não seja transcenden-

4 FOUCAULT, 2009, p. 53.

te, mas latente, potencialmente presente, escondida fora da consciência, imanente, singular e, até aí, inexprimível.⁵

Como demonstrar a validade dessas ponderações? No encadeamento argumentativo de sua aula, o crítico começa por decretar que a cisão entre discurso científico e o literário que vigorou a partir da segunda metade do século XIX notabilizou-se por sedimentar uma armadilha ideológica preocupada em enquadrar a autonomia criativa da literatura aos formalismos da ciência. Questionando essa polarização, Compagnon recorre a Aristóteles para nos lembrar que é graças à *mimesis* – à representação – que assimilamos o mundo. Por tanto, mais que uma fruição estética, as representações oriundas da literatura possuem a capacidade de se converterem em dispositivos de instrução, em repertórios de produção e disseminação do conhecimento.

Não obstante, por mimetizar a experiência humana sob a forma de narrativa, a literatura, em confluência com a leitura, contribui “[...] para a liberdade do indivíduo.”⁶ De fato, compreendendo a leitura como um processo ativo de produção de sentido, um jogo em torno da apropriação e da ressignificação da realidade, e o leitor como alguém que dissecar e distende o texto, a narrativa literária oferece ao sujeito que lê a possibilidade do deslocamento. Deslocamento da realidade por meio da imaginação; das forças de opressão ou de alienação em virtude de sua maleabilidade interpretativa, por fim, deslocamento da consciência de si em função do contato com o outro, com a vida do outro. Isto porque, a literatura fala a todo mundo, ela “[...] me fala de mim e dos outros; provoca minha compaixão; quando leio eu me identifico com os outros e sou afetado por seu destino; suas felicidades e seus sofrimentos são momentaneamente os meus.”⁷

Somado a isso, a literatura constitui-se, também, em um artifício de revitalização da linguagem. Para nosso interlocutor, a narrativa literária deve ser vista, pois, como uma instância de enunciação que, ao brincar com a língua, ultrapassa suas submissões, redefine suas margens, atualiza e enriquece suas nuances de simbolização /significação, nos ensinando a “[...] não sermos enganados pela língua.”⁸ Indo além, Compagnon defende que a literatura pensa, “[...] mas não como a

5 COMPAGNON, 2009, p. 37-38.

6 COMPAGNON, 2009, p. 34.

7 COMPAGNON, 2009, p. 48-49.

8 COMPAGNON, 2009, p. 39.

ciência e a filosofia. Seu pensamento é heurístico (ela jamais cessa de procurar), não algorítmico. Ela procede tateando, sem cálculo, pela intuição, com faro.”⁹ Isso o leva a defender que a razão de ser da literatura no mundo contemporâneo está atrelada à recusa da ideia de que somente uma teoria feita de conceitos universais possa nos ensinar alguma coisa de verdadeiro sobre o mundo e sobre a vida, posto que

[...] o próprio da literatura é a análise das relações sempre particulares que reúnem as crenças, as emoções, a imaginação e a ação, o que faz com que ela encerre um saber insubstituível, circunstanciado e não resumível sobre a natureza humana, um saber de singularidades.¹⁰

Posição semelhante àquela preconizada por Roland Barthes, em 1977, também em uma aula magna no Collège de France. Voltando seu olhar para o poder subversivo do discurso e para os sentidos fluantes que subjagam o uso da palavra no momento da escritura, o semiólogo francês atenta para o fato de que o signo linguístico não está preso a um conteúdo apenas, visto ser capaz de, e esta é a condição própria de sua existência, dialogar com os vários vértices – o cultural, o social, o político – que possibilitam ao leitor mobilizar a gama de impressões, sentimentos e conhecimentos responsáveis por elucidar seus usos e apropriações. Prognóstico que incita Barthes a redimensionar os limites analíticos e operatórios das três forças motrizes da literatura: *máthesis*, *mimesis*, *semeiosis* – saber, representação, simbolização, respectivamente. Redimensionamento que, sob a forma de uma guinada heurístico-paradigmática, permite ao autor afirmar o “irredutível” da palavra literatura: “[...] o que, nela, resiste e sobrevive aos discursos tipificados que a cercam: as filosofias, as ciências, as psicologias.”¹¹ Ponto de inflexão que, por sua vez, capta e desvela, segundo a análise de Leyla Perrone-Moisés, “[...] o momento mais jubilatório da Aula [...]”¹², aquele no qual o pensador sentencia:

Essa trapaça salutar, essa esquiva, esse logro magnífico que permite ouvir a língua fora do poder, no esplendor de uma revolução permanente da linguagem, eu a chamo, quanto a mim: *literatura*. Entendo por *literatura* não um corpo ou uma sequência de obras, nem mesmo um setor de comércio ou de ensino, mas o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática

9 COMPAGNON, 2009, p. 51.

10 COMPAGNON, 2009, p. 47.

11 BARTHES, 2004, p. 26.

12 PERRONE-MOISÉS, 2012, p. 138.

de escrever. Nela visto portanto, essencialmente, o texto, isto é, o tecido dos significantes que constitui a obra, porque o texto é o próprio aflorar da língua, e porque é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem de que ela é o instrumento, mas pelo jogo das palavras de que ela é o teatro.¹³

Trapaça, esquiva, logro, são estes os dispositivos táticos que distanciam a narrativa literária da sombra de estagnação e fixidez que muitas vezes envolve o discurso científico. Razão pela qual se confirma, no âmbito das formulações barthesianas, que é por meio da escritura que a literatura realiza a façanha de conceber redes variadas de saberes e transformar conceitos estanques em fronteiras móveis que se potencializam e adquirem sentido pelo aspecto múltiplo da palavra. É certamente em função disso que Barthes advoga que “[...] a literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe *de* alguma coisa; ou melhor: que ela sabe algo das coisas – que sabe muito sobre os homens [...]”¹⁴ defesa que, de forma mais ampla, lhe permite tanto enfatizar o caráter abrangente da literatura, quanto acentuar a noção de duplicidade que está presente na linguagem, encurtando, por meio desse duplo movimento, as distâncias até então interpostas entre ciência e ficção.

Reduzir as distâncias delimitadas entre ciência e ficção literária foi, também, um desafio enfrentado por Ítalo Calvino. Ao definir a literatura como “[...] a Terra Prometida em que a linguagem se torna aquilo que a verdade deveria ser [...]”¹⁵, o escritor italiano contesta, como o fez Compagnon e Barthes, o aspecto estático que por longa data cerceou o contato entre as narrativas de ficção e o discurso científico. Valendo-se da noção de deslocamento, Calvino aloca a literatura e a imaginação em um “[...] lugar de produção ativa do exercício intelectual.”¹⁶ Não por acaso, define o ensaio como a forma discursiva que melhor se enquadra às exigências requeridas por um exercício de pensamento que busca “[...] escapar às malhas das disciplinas institucionais.”¹⁷

Renunciando a uma estrutura fixa e incorporando as virtudes da hibridez, o ensaio serve aos propósitos de Calvino porque se apresenta

13 BARTHES, 2004, p.16-17.

14 BARTHES, 2004, p. 18-19.

15 CALVINO, 2008, p. 72.

16 MOREIRA, 2012, p. 69.

17 GINZBURG, 2004, p. 13.

como uma atividade de pensamento orientada pela reflexão constante, que não encontra paragens nem limites precisamente definidos. Por meio de uma obra ensaística profícua e refinada, marcadamente atravessada por temas plurais, o literato também promove um elogio à literatura, sobretudo quando oferece a seus leitores a possibilidade de refletirem “[...] sobre as fronteiras do literário e sobre o papel da própria literatura no processo de movimentação desses limites.”¹⁸

Não sem razão, Italo Calvino defende que a função da literatura “[...] é a comunicação entre o que é diverso pelo fato de ser diverso, não embotando, mas antes exaltando a diferença, segundo a vocação própria da linguagem escrita.”¹⁹ Uma linguagem que é capaz de explodir o mundo sob nossos olhos para que reajamos a ele, para que possamos assimilar seus matizes de significação, para que nos tornemos capazes de redesenhar suas fronteiras. Melhor dizendo, para que possamos fazer dos textos e da própria escritura territórios de trânsitos onde, a cada movimento de escritura, normas, valores e experiências de vida são imbuídos da capacidade de mimetizar o mundo, de aclarar e redimensionar a história.

Essas assertivas assinaladas por Calvino certamente poderiam ser apresentadas como uma possível resposta para a pergunta lançada por Antoine Compagnon: *Literatura para quê?* Para que possamos nos impressionar com a natureza extraordinária das coisas que nela encontramos. Em outros termos: para que por meio do lúdico, do imaginário, do improvável e do poético que a literatura nos apresenta, possamos alargar nossos repertórios de conhecimento sobre o mundo, sobre a vida, a história e sobre nós mesmos.

Eis a razão pela qual optamos por recorrer à literatura e convertê-la em bússola, uma espécie de rosa dos ventos que traça a evolução histórica do conceito de biblioteca. Nas três narrativas ficcionais que apresentaremos a seguir – dois romances e um conto – a biblioteca aparece, emblemática e metaforicamente, como figura em mutação, dando-se a ver ora como espaço de organização do conhecimento, ora como lócus de subversão dos saberes; como lugares de memória e como agência promotora do esquecimento; como labirintos, museus e galerias que, na condição de artifícios literários, dizem “[...] da história dos povos,

18 MOREIRA, 2012, p. 77.

19 CALVINO, 2008, p. 58.

de sua cultura e pensamento, das escolhas do passado e dos desejos para o futuro.”²⁰

Dessa miríade de possibilidades, trataremos em primeiro lugar das bibliotecas que ganharam existência no “Mundo Antigo”. Da pretensão de universalidade que por longa data as caracterizaram e das relações com o conhecimento que lhes outorgaram certas funções sociais em momentos e realidades históricas específicas.

AS BIBLIOTECAS NO MUNDO ANTIGO: ENTRE SIMETRIAS E PARADOXOS

Para começar, evoquemos algumas digressões ficcionalmente atribuídas ao Imperador Adriano²¹, governante humanista romano:

Construir é colaborar com a terra: é colocar um marco humano numa paisagem, marco que a modificará para sempre; é contribuir também para a lenta transformação que constitui a vida das cidades. [...] Fundar bibliotecas era construir celeiros públicos, aprovisionar reservas contra o inverno do espírito cuja aproximação eu podia prever mesmo contra minha vontade. Tenho construído muito: é uma forma de colaborar com o tempo sob seu aspecto de passado, é preservar ou modificar seu espírito, fazer dele uma espécie de reserva para o futuro; é reencontrar sob as pedras o segredo das origens.²²

Essas palavras certamente se constituem em um bom ponto de partida para iniciarmos as discussões que justificam a escritura desta seção: analisar os aspectos históricos, políticos e culturais que propiciaram o surgimento das primeiras bibliotecas, bem como os enquadramentos sociais que lhes conferiram um lugar de destaque no âmbito dos intrincados sistemas de produção e circulação do conhecimento erigidos no Mundo Antigo.

Mas em que medida a citação destacada nos auxilia a lançar luzes sobre questões tão complexas? Ao redigir suas *Memórias de Adriano*, Marguerite Yourcenar diz ter empreendido um amplo e profundo trabalho de pesquisa cujos dados levantados lhe permitiram reconstituir

20 MOREIRA, 2012, p. 15.

21 Públio Élio Trajano Adriano governou Roma entre os anos de 117 a 138 de nossa era Humanista e profundo admirador da Grécia, procurou fazer de Atenas a capital do Império.

22 YOURCENAR, 1980, p. 131-132.

nuances importantes de um universo simbólico ainda em formação, mas portador de algumas características passíveis de serem delimitadas. É o que visualizamos quando buscamos compreender o lugar ocupado pelas bibliotecas no contexto histórico coberto pelo romance. Ao defini-las como “[...] celeiros públicos que aprovisionam reservas contra o inverno do espírito [...]”,²³ a voz narrativa do romance de Yourcenar coaduna com alguns dos principais qualificadores historicamente acionados para definir o modo de atuação dessas instituições nas distintas paisagens do Mundo Antigo.

Dito isso, pergunta-se: que qualificadores eram esses? De modo geral, nossa percepção a respeito do lugar social e das funções imputadas às bibliotecas no Mundo Antigo quase sempre as qualificam como “lugares de memória institucional” e “espaços de publicização do conhecimento”. Atributos que certamente derivam do fato de que, desde que surgiram, as bibliotecas mantêm íntima relação com a memória e à produção dos saberes, fato que levou Alfredo Serrai a afirmar que “[...] à memória biológica, que pertence à espécie, e à memória cerebral, que é do indivíduo, acrescentou-se a biblioteca como memória coletiva das experiências existenciais, científicas e culturais, seja do indivíduo, seja da sociedade.”²⁴ Com isso, por estar inscrita na forma de documento, essa memória requer sua reunião, organização e meios específicos para sua disseminação, tendo-se em vista um amplo uso por parte de todos aqueles que dinamizam as instâncias de produção e circulação do conhecimento.

Como marco histórico, é possível apontarmos que as primeiras bibliotecas surgiram mais ou menos no quarto milênio antes de Cristo, na cidade babilônica de Nipur, região na qual foram encontrados os primeiros vestígios de uma coleção de tabletes de argila grafados com a técnica da escrita cuneiforme. Acompanhando o surgimento das cidades, tais instituições floresceram no Extremo Oriente, às margens dos rios Tigres e Eufrates. Foi ali que se edificou o palácio de Assurbanipal, rei da Assíria, que possuía algumas salas destinadas à preservação e organização de uma coleção de fragmentos de argila contendo transcrições que o rei mandara coletar em diversas partes de seus domínios. Essas transcrições versavam “[...] sobre os feitos dos monarcas, a ad-

23 YOURCENAR, 1980, p. 131-132.

24 SERRAI, 1975, p. 142.

ministração e a inscrição públicas: isto é, acerca dos acontecimentos permanentes, rotineiros e imediatos das dinastias.”²⁵

Características que se instituíram como recorrentes e definidoras da maioria das bibliotecas do Mundo Antigo, inclusive no Egito, país que viu florescer a mais importante de todas elas: Alexandria. Tal qual um paradigma fundador, a Biblioteca de Alexandria “[...] tornou-se uma multidão de bibliotecas, cada qual voltada para um aspecto da variedade do mundo.”²⁶

Tendo por objetivo reunir em suas estantes toda a herança cultural da Antiguidade, Alexandria entrou para a história como a primeira instituição a possuir aspirações universais. Foi Ptolomeu I Sóter (367 – 283 a.C.) quem a fundou durante seu reinado, ficando a cargo de seu filho, Ptolomeu II Filadelfo – que reinou de 285 a 247 a.C –, ampliá-la. Procedimento imitado incessantemente por seus sucessores. No reino dos Ptolomeus, a biblioteca tinha por função:

[...] assegurar a conservação dos textos, facilitar o trabalho intelectual, mas também, provavelmente, promover a cultura grega num mundo onde convivem doravante várias civilizações, recolher as tradições estrangeiras e, em resumo, contribuir para a glória do soberano *lágida*.^{27 28}

Além de tantos atributos, a Biblioteca de Alexandria deveria constituir-se como espaço de acolhimento de uma comunidade de sábios e estudiosos que tinham por objetivo redefinir uma nova concepção acerca do valor do conhecimento. Em face disso, a biblioteca já nasceu como um espaço híbrido e portador de imagens múltiplas, as quais conjugavam o conhecimento laico a uma memória sagrada e uma noção pouco terrena de tempo e espaço. Não por acaso:

A biblioteca repousava sobre um pressuposto tácito: o poder desses objetos materiais que são os livros, ao mesmo tempo suporte e vetor dos textos, arquivo do pensamento [...]. Esses textos podiam ser copiados de um suporte a outro, serem deslocados de Atenas à Alexandria, passar de uma

25 No original: “Sobre los hechos de los monarcas, la administración y el registro público: esto es, acerca del acontecer de las dinastías.” Cf.: ALFARO LÓPEZ, 2002a, p. 49-50. (tradução nossa)

26 MANGUEL, 2006, p. 29.

27 Relativo ou pertencente aos *lágidas*, dinastia grega que reinou no Egito de 306 a 30 a.C.

28 BARBIER, 2008, p. 42.

pequena biblioteca privada à imensa coleção real sem jamais perder sua eficácia ou seu sentido.²⁹

Detentora de um acervo que chegou, em seus tempos áureos, a 700 mil rolos de papiro que cobriam diversas áreas do saber – Astronomia, Aritmética, Medicina, Literatura, Filosofia entre outras –, a Biblioteca de Alexandria firmou-se como uma “paisagem luminosa” – a imagem do farol é, pois, apropriada – em meio a uma comunidade constituída majoritariamente por iletrados sob os domínios de uma elite ciosa por manter sua soberania política, econômica e intelectual.

Embora tenha se tornado o mais importante centro intelectual da Antiguidade, a Biblioteca de Alexandria não foi a única a gozar de grande prestígio. Junto a ela, Pérgamo, que chegou a abrigar duzentos mil volumes, também conseguiu agenciar grande fama. Fundada por Eumenes, filho de Átalo, Pérgamo instituiu uma política de desenvolvimento de coleções marcadamente simétrica à vigente em Alexandria, ancorada no incentivo à produção local de textos e em traduções. Porém, o principal vetor de sua fama está ligado ao aperfeiçoamento da técnica de tratamento do couro para servir de suporte para a escrita. Técnica que, posteriormente, deu origem ao *pergaminho*, que emergiu, em decorrência da crise do papiro, como a principal matéria-prima para a fabricação do livro.

Contudo, nem mesmo a invenção do pergaminho foi capaz de evitar uma outra simetria relativa ao destino dessas duas bibliotecas. Tanto Alexandria quanto Pérgamo foram dizimadas. Pérgamo caiu primeiro. Posteriormente, Alexandria teve seu acervo consumido por três grandes incêndios, o último deles ocorrido em 641 d.C., quando os árabes conquistaram a cidade imperial.

Saindo do Egito, mas permanecendo no Mundo Antigo, percebemos que as bibliotecas helênicas também apresentam características simétricas ao modelo Alexandrino. Isso porque as instituições helênicas guiavam-se por dois objetivos: servir de sinal visível do poder das grandes dinastias e funcionar como local de trabalho para um círculo

29 No original: “La bibliothèque reposait sur un présumé tacite: le pouvoir de ces objets matériels que sont les livres, à la fois supports et vecteurs des textes, archive de la pensée [...]. Ces textes pouvaient être copiés d’un support à l’autre, être délocalisés d’Athènes à Alexandrie, passer d’une petite bibliothèque privée à l’immense collection royale sans jamais perdre leur efficacité ou leur sens.” Cf.: JACOB, 2007, p. 1126-1129. (tradução nossa)

restrito de eruditos e letrados. Porém, embora existissem inúmeras bibliotecas nas cidades gregas, tendo sido a de Pisístrato a primeira a ser fundada por volta do século VI a.C., o caráter oral da literatura e da filosofia helênica explica, em grande parte, a pouca importância que os gregos atribuíram a elas. Para eles era desnecessário guardar os livros em lugares específicos porque o conhecimento se produzia e era difundido por meio do diálogo e não do monólogo. Da discussão, do entrelaço das ideias e não da reunião de grandes volumes de escritos.

Modalidade de compreensão que acena para um famoso paradoxo no âmbito da história das bibliotecas: se os pensadores humanistas gregos atribuíram pouca importância ao hábito de fundar e manter acervos públicos, é:

[...] um povo militar e guerreiro, comerciante e prático, que só admitia a palavra, escrita ou oral, como instrumento de ação, que vai, no mundo ocidental, possuir as melhores bibliotecas e, em particular, as primeiras bibliotecas públicas.³⁰

De fato, é com os romanos que começa a ser delineada a ideia de bibliotecas públicas parecida com os moldes atuais. Segundo o historiador Matthew Battles, a primeira biblioteca pública romana foi edificada por volta do ano 39 a.C., por Asínio Polião, a qual serviu de modelo para inúmeras outras, sendo a biblioteca Palatina a maior e mais importante delas. Fundada por Augusto, junto ao templo de Apolo no ano de 28 d.C, constituía-se em um espaço aberto a qualquer pessoa que almejasse frequentá-lo, respondendo, assim, à crescente demanda por materiais de leitura. À parte disso, não podemos negligenciar que:

Essas bibliotecas eram frequentadas preferencialmente por leitores que procuravam obras antigas ou raras, para fazer certas comparações, para ler rapidamente algum trecho ou ainda como local de encontro, espaço urbano de “convivência”. Tratava-se, em suma, de bibliotecas eruditas, acessíveis a todos dentro do conceito de doutos e literatos.³¹

Portanto, pensar o modelo de biblioteca implementado em Roma como instituições culturais vinculadas a um projeto político que impacta na conformação das distintas paisagens sociais nas quais ele ganha uma forma, nos ajuda a melhor compreender as meditações do Imperador Adriano dispostas no início desta seção. Como pode ser observado, o gesto criador do personagem de Yourcenar responde a

30 MARTINS, 2002, p. 77.

31 CAVALLO, 2002, p. 77.

intenções claras: “[...] colocar um marco humano numa paisagem que a modificará para sempre [...] contribuir para a lenta transformação que constitui a vida das cidades.”³² Não é por acaso, pois, que a biblioteca passa a ocupar um lugar de destaque na efetivação nos planos do imperador.

Nos tempos de Adriano (século II d.C.), as bibliotecas já haviam se consolidado como centros de organização, captação e produção de conhecimento em grande parte do Mundo Antigo. A essas funções principais se somavam o incentivo à leitura e o fomento a práticas de sociabilidade e distinção político-social. Ou seja, mais que ajuntar livros, edificar prédios suntuosos e “[...] aprovisionar reservas contra o inverno do espírito [...]”,³³ fundar bibliotecas constituía-se em estratégia de produção de memórias, de valorização da cultura local e, ao mesmo tempo, de demonstração de uma soberania política, econômica e intelectual. Marcadores funcionais e de sentido que nos impelem a concordar com a tese de Jean Marie Goulemot, segundo a qual “[...] as bibliotecas nascem num tempo em que os homens se tornam atentos a uma proliferação dos saberes. Elas representam um esforço de contenção, uma tentativa de dominação tanto quanto um desejo de posse e de conservação.”³⁴

Generalizações que ganham novos contornos na Idade Média, período no qual a Igreja Católica definiu novos sentidos e funções para os livros e as bibliotecas. Contrapondo-se à abertura progressiva que havia transformado as bibliotecas do Mundo Antigo em “celeiros públicos”, o que se vê na Idade Média é um intenso movimento em torno da privatização, do enclausuramento dos livros e de outros “dispositivos de saber”. Demonstraremos isso reportando-nos a alguns trechos do romance *O nome da rosa*. Escrita por Umberto Eco e publicada em 1980, essa obra narra a saga do frade franciscano Guilherme de Baskerville para desvendar uma série de assassinatos ocorridos em um mosteiro medieval italiano do século XIV. Localizando o desfecho da trama em uma biblioteca cujo acervo estava repleto de obras apócrifas e censuradas, o romancista retrata pontos importantes acerca do lugar ocupado por livros e bibliotecas no contexto sociocultural do medievo. Começamos essa discussão dando voz à ficção.

32 YOURCENAR, 1980, p. 131-132.

33 YOURCENAR, 1980, p. 131-132.

34 GOULEMOT, 2011, p. 31.

AS BIBLIOTECAS MEDIEVAIS E A APORIA DO LABIRINTO

Tal como a seção anterior, esta também parte de uma citação literária:

A biblioteca nasceu segundo um desenho que permaneceu obscuro a todos durante séculos e que a nenhum dos monges é dado conhecer. Somente o bibliotecário recebeu o segredo do bibliotecário que o precedeu, e comunica, ainda em vida, ao ajudante-bibliotecário, de modo que a morte não o surpreenda, privando a comunidade desse saber. [...] Somente o bibliotecário, além de saber, tem o direito de mover-se no labirinto dos livros, somente ele sabe onde encontrá-los e onde guardá-los, somente ele é responsável por sua conservação. [...] Somente o bibliotecário sabe da colocação do volume, do grau de sua acessibilidade, que tipos de segredos, de verdades ou de mentiras o volume encerra. Somente ele decide como, e se deve fornecê-lo ao monge que o está requerendo. Porque nem todas as verdades são para todos os ouvidos, nem todas as mentiras podem ser reconhecidas como tais por uma alma piedosa. [...] Ninguém, querendo, chegaria ali. A biblioteca defende-se por si, insondável como a verdade que abriga, enganadora como a mentira que guarda. Labirinto espiritual, é também labirinto terreno.³⁵

O mês é novembro e o cenário um velho mosteiro beneditino do século XIV. Em suas dependências uma série de assassinatos rompe a calmaria contemplativa do cotidiano eclesiástico. Ali, durante sete dias, um religioso cego move-se sorratamente entre as salas obscuras de uma biblioteca labiríntica tentando se desvencilhar da perseguição empreendida por dois monges detetives. Atormentado pelo espírito da bibliofagia, esse velho religioso tentava impedir que o segundo volume da *Poética* de Aristóteles³⁶ fosse revelado à comunidade monástica. Guardião de um acervo que abrigava obras raras ou tidas como perdidas, ele se considerava um vigilante predestinado a acabar com todos aqueles que atentassem contra a ordem estabelecida dos saberes. O seu destino? Morrer envenenado e ser sepultado junto às cinzas da biblioteca para a qual dedicou sua vida de guarda-livros.

35 ECO, 2009, p. 79-80

36 No contexto narrativo de *O nome da rosa*, a justificativa para se impedir o acesso ao segundo volume da *Poética* de Aristóteles é dada por Jorge de Burgos, bibliotecário do mosteiro. Segundo ele, o livro trata da comédia e, enquanto tal, enaltece o riso como uma força boa e portadora de valor cognoscitivo menos cerceador que aquele revelado pela tragédia. Nesses termos, se o livro fosse convertido em instrumento de livre interpretação, a ordem dos saberes estabelecidos – o controle pelo medo, o pecado e o sofrimento – poderia ser questionada e posta em cheque.

Eis o enredo da obra que conferiu fama internacional ao escritor italiano Umberto Eco. Medievalista por formação e erudito por vocação, Eco já havia se notabilizado por seus estudos de semiótica e de filosofia da linguagem, por que dizer então que foi com *O nome da rosa* que ele alcançou prestígio mundial? Inserindo personagens típicos de um conto policial em uma paisagem turva historicamente, o romancista conseguiu se aproximar do grande público e suscitar discussões pouco recorrentes nesse tipo de narrativa. É o caso, por exemplo, das estratégias e dos dispositivos de poder empregados pela Igreja Católica para cercear a democratização do conhecimento e se manter como instituição hegemônica ao longo de toda a Idade Média. Dispositivos e estratégias que, por sua vez, lançam luzes sobre a participação das bibliotecas e dos bibliotecários em todo esse contexto. Dito isso, nos indagamos: como era a biblioteca de um mosteiro beneditino do século XIV? Como trabalhavam os monges copistas e por que o *scriptorium* deveria ser mantido sempre em silêncio? Qual a função de um “bibliotecário” em um lugar como esse? Além de despertarem a curiosidade do leitor, essas questões remetem diretamente à problemática que pretendemos discutir na presente seção, a saber: a privatização dos livros, das bibliotecas e do conhecimento no contexto do medievo.

Conforme sintetizado acima, grande parte das ações vivenciadas pelos protagonistas de *O nome da rosa* transcorre em uma biblioteca monástica. Isso indica que, para Umberto Eco, tal biblioteca possuía um perfil próprio e autônomo ainda que estivesse ligada a um modelo institucional pouco propício à essa autonomia. Estamos falando de um padrão engendrado entre os séculos VII e XII de nossa era, cujos traços definiam tais espaços como “tesouros” da comunidade clerical. Não por acaso, Jorge de Burgos, o bibliotecário responsável por sua manutenção, a caracteriza como *templo* e *prisão* que protege a verdade dos olhares céticos e hereges de alguns leitores. Proteção cuja eficácia é garantida, em grande parte, pela estrutura labiríntica sobre a qual a biblioteca havia sido erguida. Justapondo salas e corredores, entradas e saídas que se bifurcam em passagens simetricamente planejadas, esse lugar afasta e confunde os curiosos e desavisados que não dominam seus segredos.

Mas quem seria capaz de domar essa cartografia sinuosa? O bibliotecário que “[...] recebeu o segredo do bibliotecário que o precedeu.”³⁷

37 ECO, 2009, p. 79-80.

Exímio conhecedor dos artifícios biblioteconômicos, Jorge de Burgos assume o papel de principal antagonista da narrativa de Umberto Eco. Cego e fragilizado fisicamente em decorrência de sua idade avançada, o bibliotecário possui uma memória prodigiosa que lhe permite deslocar-se e se manter à sombra dos acontecimentos que aterrorizam os demais membros da ordem. Criado para homenagear o escritor argentino Jorge Luis Borges, o personagem aqui em relevo possui, ainda, imensa capacidade organizativa, a qual é empregada para tratar, ordenar, classificar e conservar o acervo sob sua custódia. Ciente disso, o bibliotecário sentencia:

[...] de nosso trabalho, do trabalho de nossa ordem, e em particular do trabalho deste mosteiro fazem parte – aliás é a sua substância – o estudo e a custódia do saber. A custódia, digo, não a busca, porque é próprio do saber, coisa divina, ser completo e definido desde o início, na perfeição do verbo que exprime a si mesmo. A custódia, digo, não a busca, porque é próprio do saber, coisa humana, ter sido definido e completado no arco dos séculos que vai desde a pregação dos profetas à interpretação dos padres da igreja. [...] Eis aí a responsabilidade de nossa ordem durante os séculos, e o fardo de nossa abadia hoje: orgulhosos das verdades que proclamamos, humildes e prudentes em preservar as palavras inimigas da verdade, sem nos deixarmos conspurcar por elas. Ora, meus irmãos, qual é o pecado de orgulho que pode tentar um monge estudioso? O de entender o próprio trabalho não como custódia, mas como busca de alguma notícia que não tenha sido ainda dada aos humanos.³⁸

Custodiar o saber e transformá-lo em patrimônio da ordem monástica. Em conjunção a esses gestos, inibir o acesso aos seus “poderes revelatórios”, eis as principais atribuições de um monge designado como bibliotecário no mundo medieval. Mas como são os espaços em que elas trabalham? Em que medida a representação proposta por Umberto Eco reflete sua historicidade? De forma sintética, podemos dizer que as bibliotecas monásticas medievais são, no geral, espaços fechados ao uso público, cujo acervo era composto e desenvolvido a partir das atividades *librarias* executadas no interior de cada mosteiro ou convento.

Tratadas como tesouro a ser mantido longe da cobiça e da heresia, essas bibliotecas conseguiram preservar grande parte da literatura e da filosofia clássica que hoje podemos ter acesso. Isso se deve ao fato dos mosteiros e conventos medievais terem sido, graças ao trabalho dos copistas, importantes centros de confecção de livros. Nesses termos e cenário, a cópia de livros foi investida

38 ECO, 2009, p. 467-469.

[...] de uma dignidade nova que os autores da Idade Média colocaram em evidência pela celebração do copista, cuja tarefa deixou de ser manual e mecânica para ser verdadeiramente intelectual, quer dizer espiritual, no sentido religioso do termo.³⁹

Em face disso, a cópia manuscrita foi incorporada ao rol dos deveres de ofício das ordens monásticas, devendo ser executada em horas especialmente reservadas, dado requerer grande atenção e cuidado, daí a importância do *scriptorium*⁴⁰ na arquitetura das congregações religiosas. Seu formato variava de salões amplos a celas individuais, padrões que não depreciavam o trabalho de transcrição nem o monge que o executava, haja vista que “[...] na forma manuscrita, o livro configurou-se como um objeto distante, mas ao mesmo tempo sempre presente: havia uma interligação da sabedoria espiritual alimentada pelos livros das bibliotecas com a própria vida monástica.”⁴¹

Por conseguinte, ainda segundo Araújo,⁴² na concretude da vida monástica certas características podem ser evocadas para se delinear a constituição e o *modus operandi* das bibliotecas religiosas do medievo, quais sejam:

- *Forma do livro*: as coleções eram compostas, majoritariamente, por códices de pergaminho. Esse formato exigia mais espaço se comparado ao papiro, no entanto, oferecia a vantagem de permitir a escrita em ambos os lados da página;
- *Localização das bibliotecas*: o acervo requeria ser guardado em local seguro, como na sacristia ou em uma capela do mosteiro. Quando a coleção era pequena, bastavam algumas gavetas ou mesmo um armário fixado à parede;

39 ARAÚJO, 2008, p. 115.

40 O *scriptorium* medieval era um compartimento “[...] em regra sobre a sala do capítulo; mas, quando não se reservava nenhum recinto especial para este trabalho, faziam-se, por vezes, para os escritores do convento, gabinetes separados, sempre abertos para a arcada do claustro, com uma janela própria para cada escriba; só em casos especiais se lhes destinava uma sala particular para trabalhar. Para evitar incêndios, proibia-se a luz artificial, assim, todo trabalho deveria ser feito durante o dia. Proibia-se também o acesso ao *scriptorium* a qualquer pessoa, exceto aos altos dignitários do convento, para impedir a interrupção do trabalho dos escribas.” Cf.: MCMURTRIE, 1997, p. 96-97.

41 ARAÚJO, 2008, p. 116.

42 ARAÚJO, 2008.

- *Tamanho*: a literatura disponível no período medieval consistia, essencialmente, de obras cristãs e fragmentos de textos gregos e/ou latinos que resistiram às investidas do tempo e dos biblioclastas. Somados, formavam uma coleção nem sempre muito numerosa em termos de títulos e volumes;
- *Disposição interna e divisão das coleções*: seguiam, de modo geral, a forma de organização das coleções pagãs. Contudo, os códigos litúrgicos destinados ao culto eram colocados em lugar separado dos outros livros;
- *Catálogos*: os catálogos de muitas bibliotecas revelavam certa uniformidade em suas classificações: a bíblia encabeçava as listas, seguida pelas obras dos Doutores da Igreja. Depois vinha a coleção de miscelâneas da literatura sagrada. Por fim, a literatura profana era registrada, agrupando-se os volumes por assuntos;
- *Empréstimo de livros*: muitas bibliotecas proibiam o empréstimo de suas obras, mas em alguns mosteiros essa prática era liberada para os monges, os quais deveriam prestar contas ao bibliotecário responsável pelo menos uma vez ao ano.

O bibliotecário⁴³ era, assim, quem definia todas essas regras e disposições organizativas Incumbências que deveriam ser conjugadas com outros encargos cotidianos, a saber: “[...] atualizar o acervo e elaborar um extrato das notícias literárias vindas dos países estrangeiros, [...] se esforçar para que a biblioteca sempre fosse tratada como venerável lugar regular, digno e religioso, [...] aumentar e melhorar o total dos livros existentes.”⁴⁴

Inscritos na categoria dos artífices da cultura letrada do medievo, os bibliotecários fizeram das bibliotecas monásticas espaços quase sagrados, razão pela qual deveriam ser mantidos longe do alcance de homens e mulheres apartados da vida religiosa. Panorama que começa a ser modificado a partir do século XIII, momento no qual as universidades dão início a uma lenta, mas gradual migração das atividades de produção e uso dos livros para fora dos mosteiros e conventos.

Embora possam ser caracterizados como um desdobramento das bibliotecas cristãs, os acervos formados pelas universidades impri-

43 Segundo Araújo, o bibliotecário medieval recebia inúmeras denominações, as mais usuais eram: *armarius*, *custos*, *antiquarius*, *bibliothecarius*, *librarius* e *scripturarius*. Cf.: ARAÚJO, 2008, p. 129.

44 ARAÚJO, 2008, p. 151-152.

miram um deslocamento na maneira de se pensar e lidar com a presença do livro no cotidiano dos anos finais da Idade Média. Ao ser destituído da categoria de objeto sagrado, o livro passa a ser classificado como material de trabalho cujas funções passam a responder à novas dinâmicas sociais de produção e circulação do conhecimento. Conseqüentemente, a intensificação do uso do livro e da biblioteca por mestres e alunos em contextos menos pressionados pelas doutrinas religiosas favoreceu a implementação de um conjunto de microtransformações responsáveis por inseri-los de forma mais usual na paisagem urbana dos séculos XIV e XV. Jacques Le Goff enumera algumas dessas microtransformações:

Progressos obtidos na confecção do pergaminho permitem obter folhas não tão espessas, mais flexíveis e menos amarelas do que as dos manuscritos anteriores; o formato do livro muda. Antes ele era sensivelmente aquele de nossos in-fólios, agora o livro é consultado muitas vezes, transportado de um lugar para outro, seu formato diminui, torna-se mais fácil de ser manuseado; a minúscula gótica, mais rápida, substitui a antiga letra; o abandono da pena feita de caniço pela pena de pássaro, em geral de ganso, dá mais comodidade e rapidez ao trabalho; a ornamentação dos livros diminui: capitulares e miniaturas são feitas em série. A esses pormenores significativos acrescentamos a abundância crescente das abreviaturas – é preciso produzir rapidamente –, os progressos da numeração das páginas, da rubricação, do índice das matérias, a presença às vezes de uma lista de abreviaturas, o recurso, sempre que possível, à ordem alfabética na apresentação. Tudo feito para facilitar uma consulta rápida. O desenvolvimento do ofício de intelectual produziu a era dos manuais – do livro manuseável e que se manuseia. Testemunho impressionante da aceleração da velocidade de circulação da cultura escrita e de sua difusão.⁴⁵

Somado a isso, as bibliotecas universitárias passam a priorizar a leitura e a criação de uma infraestrutura voltada para a prática de estudos individuais e coletivos. Mudanças de prerrogativas que se fizeram notar tanto em termos de suas dimensões funcionais, quanto simbólicas e topográficas. Afirmativas endossadas por Guglielmo Cavallo e Roger Chartier, historiadores do livro e da leitura que descrevem esse novo modelo de bibliotecas recorrendo aos seguintes termos:

Do ponto de vista arquitetônico, essa nova biblioteca é constituída por uma sala comprida, com um corredor vazio no centro, sendo a sala ocupada, nas duas naves laterais, por filas paralelas de bancos, dos quais os livros, para leitura e consulta, ficam presos por meio de correntes. A planta

45 LE GOFF, 2011, p. 115-116.

é, em resumo, a da igreja gótica; e se trata de uma semelhança que vai muito além do fato puramente arquitetônico, visto que assume as novas exigências próprias à civilização gótica. A biblioteca sai da solidão do monastério ou do limitado espaço que lhes destinavam os bispos nas catedrais românticas, para se tornar urbana e ampla. Assim como a igreja se tornou o cenário aberto de imagens, ogivas, cores, a biblioteca se apresenta como o cenário dos livros, expostos e disponíveis. O quadro que define esse novo modelo de biblioteca é o silêncio: silencioso deve ser o acesso ao livro, perturbado apenas pelo tilintar das correntes que o prendesse ao banco. Silenciosa deve ser a procura de autores e de títulos então dispostos num catálogo bastante acessível.⁴⁶

Esse quadro só ganhará novos contornos com a invenção da tipografia mecânica, tecnologia responsável por promover drásticas e rápidas reestruturações nos modos de inserção dos livros e das bibliotecas na vida social. Isso porque, para atender à crescente demanda de uma comunidade letrada cada vez mais exigente, essas instituições se tornaram especializadas e/ou públicas. Seus acervos foram dilatados e diversificados, requerendo, para sua organização, recuperação, disseminação e preservação, o desenvolvimento de avançados sistemas e recursos de informação que culminaram com a criação da internet. Com isso, ao se fazer presente no universo das redes virtuais, a excêntrica ideia de uma biblioteca sem paredes e coleções materiais deixou há muito de ser uma abstração.

Consequentemente, as imagens do museu alexandrino, do labirinto medieval ou mesmo da catedral gótica passam a dizer muito pouco sobre a estrutura, os modos de funcionamento e o lugar social ocupado pelas bibliotecas contemporâneas. Nesse outro cenário, para além de preservarem o conhecimento e edificarem memórias coletivas, a preocupação com a diversidade de informações, sua qualidade, rapidez e eficiência na disseminação e acesso a essas informações foram alçadas como qualificadores responsáveis por definir os atributos e funções que ainda conferem uma posição de destaque aos livros e às bibliotecas no âmbito dos intrincados sistemas e regimes de produção do conhecimento presentes em nossa realidade atual.

Para melhor refletirmos sobre isso, recorreremos, na seção que se segue, à ideia de “biblioteca total” formulada por Jorge Luis Borges em seu conto *A biblioteca de Babel*. Projetada como uma galeria infinita, essa imagem refere-se a um espaço que transcende à simples

46 CAVALLO; CHARTIER, 2002, p. 23.

acumulação de livros para se exibir como um infindável arquivo no qual a memória e todos os saberes do mundo são organizados, combinados, deslocados e multiplicados incessantemente. Na condição de metáfora, essa “biblioteca total” nos ajuda a demonstrar que a grande vocação das bibliotecas, enquanto lugar de produção de conhecimento, não é catalogar os saberes nem preservá-los *ad eternum*, mas, antes, fazer circular o pensamento por meio do contato com o livro e do gesto criativo que é a leitura. Iniciemos, pois, apresentando as vindicações borgeanas.

AS IRONIAS DO INFINITO, OU, APONTAMENTOS SOBRE A BIBLIOTECA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Jorge Luis Borges, entre tantos outros qualificadores, aparece nos anais da literatura universal como um homem de memória prodigiosa e um apaixonado pelos livros e as bibliotecas. Afeição que transborda para muitos de seus textos, sendo *A biblioteca de Babel* um dos mais conhecidos. Nele o escritor argentino compõe a seguinte imagem:

Esses exemplos permitiram que um bibliotecário de gênio descobrisse a lei fundamental da Biblioteca. Esse pensador observou que todos os livros, por diversos que sejam, constam de elementos iguais: o espaço, o ponto, a vírgula, as vinte e duas letras do alfabeto. Também alegou um fato que todos os viajantes confirmaram: “Não há, na vasta Biblioteca, dois livros idênticos”. Dessas premissas incontrovertíveis deduziu que a Biblioteca é total e que suas prateleiras registram todas as possíveis combinações dos vinte e tantos símbolos ortográficos (número, ainda que vastíssimo, não infinito), ou seja, tudo o que é dado expressar: em todos os idiomas. Tudo: a história minuciosa do futuro, as autobiografias dos arcanjos, o catálogo fiel da Biblioteca, milhares e milhares de catálogos falsos, a demonstração da falácia desses catálogos, a demonstração da falácia do catálogo verdadeiro, o evangelho gnóstico de Basilidis, o comentário desse evangelho, o comentário do comentário desse evangelho, o relato verídico de tua morte, a versão de cada livro em todas as línguas, as interpretações de cada livro em todos os livros. [...] Quando se proclamou que a Biblioteca abarcava todos os livros, a primeira impressão foi de extravagante felicidade.⁴⁷

Essa alegoria da “biblioteca total” revela que a biblioteca borgeana é do tamanho do mundo, aliás, ela é maior que o mundo. Reflexo de si mesma, sua coleção se prolonga em direção ao infinito. Fruto de um jogo combinatório, contém tudo o que é dado a se expressar e até o

47 BORGES, 1998, p. 519

que não foi escrito e o que já está perdido. Ela é total, mas antifuncional. Por entre corredores e estantes que se multiplicam em hexágonos entrecortados por uma escada espiral, o conhecimento se acumula e se perde nas brechas do tempo e do esquecimento. *A biblioteca de Babel* contém tudo, comporta tudo, mas não é um lugar que favorece a produção e a circulação do conhecimento. Por isso, contrapondo-se a uma “[...] primeira impressão de extravagante felicidade [...]”,⁴⁸ existe a certeza que decepciona até o mais erudito de seus usuários: a busca por armazenar a totalidade dos saberes – pretéritos, do presente e do por vir – institui a impossibilidade do acesso à diversidade do conhecimento que a biblioteca preserva e faz movimentar. Os livros estão ali, assim como a resposta para todos os problemas formulados, mas a totalidade encobre o conhecimento e o torna inapreensível.

Encobrimento potencializado pela duplicidade inerente à própria escrita. Expressão viva do embate entre o sentido e sua representação virtual, a escrita, designando não a coisa, mas a palavra, não consegue ir além de “[...] avançar mais profundamente na impalpável densidade do espelho.”⁴⁹ Sendo assim, o fato de todos os livros, por mais diversos que sejam, constarem “[...] de elementos iguais: o espaço, o ponto, a vírgula, as vinte e duas letras do alfabeto [...]”,⁵⁰ faz com que a biblioteca se converta no lugar em tudo está dito e contradito, onde o diálogo dá lugar ao conflito porque os livros são escritos para “[...] colocar seu murmúrio entre tantos outros – após todos os outros, antes de todos os outros.”⁵¹ Deslocamentos que acabam por revelar tanto o limite do que foi ou pode ser enunciado, quanto aquilo que o encobre e o faz ficar turvo. Não por acaso o filósofo francês estabelece a seguinte advertência:

Em *La bibliothéque de Babel*, tudo o que pode ser dito já foi dito: é possível encontrar ali todas as linguagens concebidas, imaginadas, e mesmo as concebíveis, imagináveis: tudo foi pronunciado, mesmo o que não tem sentido, a tal ponto que a descoberta da mais fina coerência formal é um acaso altamente improvável, do qual muitas das existências, embora obstinadas, jamais receberam o favor. Entretanto, acima de todas essas palavras, uma linguagem rigorosa, soberana as recobre, que as narra e, na verdade, as faz nascer: linguagem ela própria encostada na morte, já que é no

48 BORGES, 1998, p. 519.

49 FOUCAULT, 2009, p. 49.

50 BORGES, 1998, p. 519.

51 FOUCAULT, 2009, p. 59.

momento de oscilar no poço do Hexágono infinito que o mais lúcido (o último, por consequência) dos bibliotecários revela que mesmo o infinito da linguagem se multiplica ao infinito, repetindo-se sem fim nas figuras desdobradas do Mesmo.⁵²

Um espaço que se multiplica ao infinito e que se desdobra sobre si mesmo, eis o que se tornou para nós a ideia de uma biblioteca total. Um projeto ambicioso, mas que nunca será formalizado por completo. Uma biblioteca metafórica que dá a ver a potência do conhecimento, mas que, sendo infinita e sem saída, exhibe-se como sintoma de um mundo abarrotado por objetos e saberes mudos, esquecidos, inertes cuja multiplicação foi intensificada exponencialmente pela invenção da prensa tipográfica e pelo alargamento das redes digitais.

Elizabeth Eisenstein corrobora com essa modalidade de compreensão ao afirmar que a modernidade nasce no exato momento em que “[...] a reprodução de materiais escritos começou a transferir-se da escrivainha do copista para a oficina do impressor.”⁵³ Movimento migratório que desencadeou profundas transformações sociais, políticas e culturais dado afetar diretamente a forma como o conhecimento era produzido, organizado, preservado e disseminado até aquele momento.

De fato, com o desenvolvimento da máquina de imprimir, a Europa dos séculos XV e XVI foi inundada por uma quantidade antes impensada de documentos, fator que realocou o lugar historicamente ocupado pelo livro tanto em termos simbólicos quanto no que diz respeito aos seus usos práticos. Produzidos de maneira mais padronizada e sistemática, os impressos fomentaram a criação de um “mercado librário” que fez do objeto tipográfico⁵⁴ o principal veículo de comunicação das comunidades cultas europeias, atingindo, mesmo que em um período posterior, a um contingente maior de homens e mulheres em processo de alfabetização. De modo complementar, essa expansão dos domínios

52 FOUCAULT, 2009, p. 57-58.

53 EISENSTEIN, 1998, p. 17.

54 É importante salientar que mesmo se expandindo rapidamente por toda a Europa, a prensa mecânica não promoveu a substituição imediata do livro manuscrito. Isto se deu porque, segundo Chartier (2009), a impressão de livros era uma atividade menor no âmbito das oficinas tipográficas entre os séculos XV e XVIII. A maior parte de sua produção consistia em libelos, panfletos, petições, cartazes, formulários, recibos, certificados e vários outros “ephemeras” ou impressões descartáveis que asseguravam parte substancial dos ganhos das empresas ainda em fase de sedimentação socioeconômica.

da leitura serviu de base, segundo Peter Burke,⁵⁵ para a emergência do fenômeno da “explosão informacional”.⁵⁶

Fenômeno que, por sua vez, trouxe consigo preocupações efetivas com a preservação e o gerenciamento da informação. Para responder a elas, foram produzidos um grande número de obras de referência, as quais tiveram seus esquemas organizacionais padronizados. Para tanto, foi necessário criar novas ocupações profissionais: editores, revisores, bibliotecários, catalogadores, compiladores de enciclopédias, entre outras. Conjugadas entre si, essas ações imediatas indicam que a coleta de dados em larga escala tornou-se o elemento central dessa “modernidade informacional”, o que não havia sido possível durante a “era do manuscrito”.

Indicam, também, uma valorização das bibliotecas no âmbito de segmentos informacionais cada vez mais amplos, diversificados e exigentes. Dentro da universidade, por exemplo, as bibliotecas começaram a rivalizar com a sala de conferências, fora dela se tornaram locais de estudo e de sociabilidade nos quais a troca de informações e a produção de novos conhecimentos eram praticadas em paralelo à leitura. Impondo-se à realidade urbana, a biblioteca passou a ser vista, a um só tempo, “[...] como uma continuação do livro e sua metamorfose.”⁵⁷ Uma continuação porque a visibilidade social que possuem está diretamente ligada à maneira como o livro se insere em paisagens culturais específicas. Uma metamorfose porque seu *modus operandi* altera-se radicalmente, sobretudo em relação às estratégias de produção, disseminação e preservação do próprio livro – seu circuito de comunicação, segundo os modelos preconizados por Robert Darnton,⁵⁸ e do conhecimento de modo mais amplo.

55 BURKE, 2002.

56 Peter Burke entende a explosão informacional como um processo de exacerbada ampliação dos dispositivos informacionais que vieram à luz em decorrência do desenvolvimento da prensa tipográfica, bem como da urbanização dos regimes de produção e circulação dos saberes. Cf.: BURKE, 2002.

57 MELOT, 2012, p. 108.

58 De acordo com Robert Darnton, o desenvolvimento da disciplina história do livro sofria, até a década de 1980 “[...] de uma fragmentação contínua: especialistas estavam em busca de estudos tão especializados que perdiam contato entre eles mesmos.” Essa constatação o levou a propor um modelo de análise do circuito de comunicação no qual “[...] os elementos esotéricos da história do livro [...]”, pudessem ser “[...] integrados numa visão geral que mostraria como as partes pode-

Na esteira dessas metamorfoses, preocupações com o acervo e com a satisfação das necessidades dos usuários ganharam acentuado relevo. Para responder a elas, catálogos, listas, hierarquias e classificações de toda ordem foram projetados. Bibliografias, dicionários, enciclopédias, miscelâneas, atlas e antologias passaram a ser recorrentes na maioria das bibliotecas. Somado ao desejo de acumular, citar e referenciar todo o conhecimento produzido em diferentes tempos e espaços, isso fez reviver o mito da biblioteca total. Um mito que, como vimos acima, está fadado a não se concretizar factualmente.

Que indícios a história das bibliotecas contemporâneas nos apresenta para que possamos afirmar isso de forma tão categórica? Sem desconsiderar a engenhosidade borgeana, discutimos abaixo três exemplos paradigmáticos que dão provas da intangibilidade dessa pretensão de abarcar, organizar e disponibilizar todos os conhecimentos em e a partir de um único lugar.

Seguindo nessa direção, evocamos como primeiro exemplo as bibliotecas nacionais. Resultantes dos esforços levados a cabo pelos Estados nacionais ascendentes para consolidarem e divulgarem a ciência e a cultura local, essas instituições enfrentam, desde sua gênese, uma relação dualista e paradoxal com a atividade preservacionista. Lugar de memória⁵⁹ por excelência, as bibliotecas nacionais têm encontrado nas restrições espaciais e temporais um ponto de contenção, de fragmentação e de inflexão de suas funções e vocações, haja vista que captar, organizar e manter sobre custódia a produção bibliográfica de e sobre um país se tornou, em tempos de explosão informacional, uma atividade anacrônica.

Destacando-se pela imponência de seus edifícios e pela riqueza de suas coleções, as bibliotecas nacionais esbarram, quase sempre, em

riam conectar-se para formar um todo.” Em linhas gerais, esse todo deveria permitir aos historiadores dos livros responder a três questões específicas: “[...] 1) como é que os livros passam a existir?; 2) como é que eles chegam aos leitores?; 3) o que os leitores fazem deles?” Cf.: DARNTON, 2008, p. 156.

59 Expressão tradicionalmente ligada à coletânea *Les lieux de mémoire*, organizada pelo historiador francês Pierre Nora entre os anos de 1984 e 1992, que adotou para si a tarefa de demonstrar que o movimento de socialização de certos referentes mnêmicos na contemporaneidade está diretamente relacionado à sua força de impregnação em marcos físicos e simbólicos que acabam por promover uma espacialização tanto da memória quanto da identidade, inserindo-se assim no âmbito das estratégias de reivindicação por um complexo direito ao reconhecimento de si.

disposições políticas e limitações econômicas que comprometem o cuidado com o acervo – sobretudo as obras raras e especiais –, que inviabilizam o mapeamento e a reunião de novos itens documentais, complexificando, assim, as rotinas de preparo e registro das peças já existentes. Dificuldades que colocam em xeque a publicização das informações preservadas em seus fundos e coleções, deixando transparecer um repertório mnêmico-representacional fragmentado e, por vezes, rasurado e pouco acessível.

O segundo exemplo que trazemos para nossas discussões são as “bibliotecas sem muros” ou os “catálogos de catálogos” que foram popularizados nos anos finais do Renascimento. Em essência, essas “bibliotecas sem muros” correspondiam, de acordo com Roger Chartier,⁶⁰ a uma compilação de várias obras com a mesma natureza ou a uma seleção exaustiva de tudo o que se poderia dizer sobre determinada temática. Em face disso, ao trazerem no título a expressão *Biblioteca*,⁶¹ essas compilações nos apresentam um valioso referencial acerca das mudanças objetivas e subjetivas que a “cultura do impresso” impôs aos regimes de produção do conhecimento no início da modernidade.

Um desses referentes nos indica que para responder às pretensões de exaustividade e universalidade os títulos indexados por esses catálogos passaram a representar menos os itens presentes em uma coleção, para se reportarem àqueles títulos que estavam ausentes, que careciam de serem incorporados a um acervo em contínuo processo de formação. Por essa razão, “[...] o mundo fechado das bibliotecas singulares pode ser transformado em um universo infinito de livros assinalados, recenseados, visitados, consultados e, eventualmente, emprestados.”⁶² Contudo, mesmo objetivando simplificar as tarefas de seleção e acumulação, esse tipo de documento acabou por se afastar de suas proposições iniciais, dado que espelhar a totalidade da produção de uma área ou sobre um assunto se tornou, em contextos nos quais

60 CHARTIER, 1998.

61 Roger Chartier (1994) e também Peter Burke (2002) afirmam que essas coleções que reúnem um grande número de obras já publicadas foram editadas em profusão a partir do século XVI. Os historiadores atentam ainda para o fato de que muitas delas seguiram como modelo a fórmula e o título inaugurado pelos periódicos da cidade de Amsterdã, é o caso, por exemplo, das seguintes obras: *Bibliothèque universelle et historique* (1686-1693); *Bibliothèque choisie* (1703-1713) e *Bibliothèque ancienne et moderne. Pour servir de suite aux bibliothèques et choisie* (1714-1727).

62 CHARTIER, 1998, p. 74.

o conhecimento circula e se renova intensa e desordenadamente, inviável. Impossibilidade que se fez sentir tanto em relação a iniciativas individuais, quanto no caso de projetos colaborativos como o Instituto Internacional de Bibliografia (IIB).

Fundado por Henri La Fontaine e Paul Otlet em 1895, o IIB pretendia criar um instrumento de acesso e disseminação da informação em nível mundial. Centrando suas atividades na concepção do *Repertório bibliográfico universal*,⁶³ o Instituto “[...] pretendia armazenar a representação das unidades de todo o conhecimento humano em um único lugar.”⁶⁴ Impregnado pelas concepções de totalidade e exaustividade, o projeto ganhou forma como um centro cooperativo que recebia informações produzidas em outras unidades especializadas no tratamento da informação científica. Por meio desse esforço, até o ano de 1934 já haviam sido produzidas 16 milhões de fichas que refletiam uma parcela significativa dos insumos bibliográficos gerados pelos 12 países colaboradores.⁶⁵

Refletia uma parcela significativa, mas não sua completude. No caso do IIB o projeto do *Repertório bibliográfico universal* fracassou em decorrência das dificuldades de manutenção homogênea da colaboração entre os diversos países associados e por problemas técnicos que surgiram no momento de processar a informação proveniente de culturas heterogêneas. Incompletude que reforça aquilo que já salientamos anteriormente, mas que também foi formulado por Roger Chartier nos seguintes termos:

Toda biblioteca instalada em um lugar privado, formada com obras bem reais, dispostas para a consulta e a leitura não poderia ser, malgrado suas riquezas, nada mais que uma imagem truncada da totalidade do saber acumulável. A distância irredutível entre os inventários – idealmente exaustivos – e as coleções – necessariamente lacunares, foi vivenciada como uma frustração imensa. Ela levou a iniciativas descabidas, reunindo – em espírito, se não em realidade – todos os livros possíveis, todos os títulos visados, todas as obras já escritas.⁶⁶

63 Um conjunto de fichas catalogadas e classificadas cujo teor deveria sintetizar o estado geral da produção intelectual global.

64 ORTEGA, 2004.

65 Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Estados Unidos, França, Reino Unido, Holanda, Itália, Polônia, Rússia, Suíça e Tchecoslováquia.

66 CHARTIER, 1998, p. 87.

Distância irreduzível, mas cuja transposição figurou menos utópica a partir da consolidação dos sistemas digitais e da ascensão dos domínios da virtualidade. Caracterizado pelo signo da fluidez, o espaço virtual deslocou os regimes de produção, organização, preservação e disseminação do conhecimento e da informação para contextos maleáveis estruturalmente e portadores de interfaces hierárquicas pouco formais. Conseqüentemente, a materialidade do livro tipográfico começa a ser substituída pela imaterialidade dos textos sem lugares e formatos marcadamente definidos. Às relações de contiguidade estabelecidas no e pelo objeto impresso opõe-se, agora, a livre composição de fragmentos indefinidamente manipuláveis. À captura imediata da totalidade de uma obra, sucede-se a navegação de longo curso em arquipélagos textuais sem margens nem limites. Nesse cenário mais contemporâneo, o mundo digital possibilitou a emergência de novas maneiras de ler e escrever e, também, inovações de natureza tanto técnicas quanto intelectuais. Uma tríplice ruptura que, inexoravelmente:

Propõe uma nova técnica de difusão da escrita, incita uma nova relação com os textos, impõe-lhes uma nova forma de inscrição. [...] É ao mesmo tempo uma revolução da modalidade técnica da produção do escrito, uma revolução da percepção das entidades textuais e uma revolução das estruturas e formas mais fundamentais dos suportes da cultura escrita.⁶⁷

Por ser móvel, maleável e aberto, o suporte eletrônico permite usos, manuseios e intervenções muito mais livres que os formatos bibliográficos precedentes. Logo, conferir sentido às práticas de produção e circulação do conhecimento no meio eletrônico pressupõe, em muitos aspectos, abdicar dos hábitos adquiridos até aqui. Como a interação com esses suportes não pressupõe a adoção de critérios lógicos e dedutivos, nem movimentos lineares, eles podem ser submetidos a um conjunto de tratamentos organizativos: podem ser indexados, anotados, copiados, desmembrados, deslocados e recompostos. Operações que alteraram seus esquemas de produção e reconfiguram seus dispositivos de organização e armazenamento. Também impactaram diretamente nas bibliotecas. Ao incorporarem em seu próprio nome os qualificadores dessa nova ordem dos saberes – digital, eletrônica, virtual – essas instituições passaram a conceber novas linhas de ação para responder às demandas sociais emergentes. Muitas delas “[...] implantaram catálogos em linha, passaram a acessar bancos de dados, iniciaram o uso regular do periódico eletrônico e o acesso a textos completos de arti-

67 CHARTIER, 2002, p. 23-24.

gos de periódicos, a verbetes de enciclopédias e a itens de outras fontes de referência[...]”⁶⁸ e desenvolveram um grande número de inovações no que diz respeito à organização, recuperação e acesso à informação.

Distanciando-se dos “catálogos de catálogos” dos séculos XVII e XVIII, o conceito e a imagem de biblioteca que foi delineada no espaço digital não arrola títulos ou referências, ela os disponibiliza integralmente em formato eletrônico. Isso se tornou possível porque os velhos problemas da restrição espacial e da atualização das coleções não representam mais um entrave estrutural. Da mesma forma, sistemas de busca com evocações cada vez mais precisas facilitaram a vida dos usuários e a disseminação da informação se tornou muito mais rápida e eficiente. Tão rápida e eficiente que suscitaram inúmeras previsões sobre o fim do livro tipográfico. Estariam aí alguns indicadores que refutam nosso argumento de que a biblioteca de babel borgeana está fadada a ser apenas um mito?

Acreditamos que não. Embora algumas iniciativas importantes e bem-sucedidas de bibliotecas digitais⁶⁹ já tenham sido projetadas e

68 CUNHA, 2008, p. 5.

69 Citamos abaixo três bibliotecas digitais concebidas recentemente:

A Digital Public Library of America (<http://www.dp.la/>) é um projeto que visa conceber uma biblioteca pública digital cooperativa e de acesso aberto. Foi lançada em 2010 por meio de um convênio entre a Universidade de Harvard e a Google. O empreendimento se propõe a unificar em uma única plataforma digital os acervos da própria Harvard University, da Library of Congress e de outras instituições que queiram contribuir com a iniciativa.

A BiblioTech – Bexar County Digital Library (<http://www.bexarbibliotech.org/>) é a primeira biblioteca de e-books do mundo e está localizada na cidade de San Antonio, estado do Texas, nos Estados Unidos. O prédio onde fica a BiblioTech conta com iPads, laptops e desktops para consulta a um catálogo de mais de 10 mil e-books. Caso a pessoa não tenha um tablet ou e-reader para ler a versão digital do livro em casa, ela pode pegar um dos aparelhos para aluguel. Começou a funcionar em 2013.

A Biblioteca Digital Nacional do Brasil (<http://www.bndigital.bn.br/>) é uma iniciativa da Biblioteca Nacional brasileira que objetiva ser fonte de excelência para a informação e a pesquisa; ser veículo disseminador da memória cultural brasileira; proporcionar conteúdo atualizado e de interesse dos usuários; alcançar públicos cada vez maiores, neutralizando as barreiras físicas; atender interesses das diversas audiências (pesquisadores profissionais, estudantes, público “leigo”); preservar a informação por meio de sua disseminação; preservar os documentos originais evitando o manuseio desnecessário de algumas obras e reunir e completar virtual-

postas em rede, problemas relacionados à convergência tecnológica e às legislações internacionais de direito autoral têm causado preocupação aos idealizadores desses dispositivos. Limitações financeiras também têm inviabilizado a manutenção dessas bases de dados em rede. Por fim, a própria avalanche informacional na qual estamos imersos só permite a captação e a organização de uma parcela muito pequena do conhecimento que é cotidianamente produzido.

Portanto, independente da proposição e dos parâmetros que sejam mobilizados para justificar a criação de uma biblioteca digital, ela ainda será classificada e tratada como uma representação lacunar e limitada de uma atividade que, devido à sua natureza, não pode ser contida, qual seja: a produção dos saberes que atravessam e orientam nossas vidas e nossas experiências coletivas. Tecemos mais alguns apontamentos sobre isso nas considerações que se seguem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto buscou demonstrar que o substrato prático-simbólico em torno do qual toda biblioteca se institui e define suas distintas modalidades de inserção social liga-se, quase que de modo intrínseco, às dinâmicas de produção, captação, organização e disseminação do conhecimento. Conjuntura que, por sua vez, não pode ser apreendida sem levarmos em conta a ampla gama de fatores políticos, econômicos e culturais que atravessam e conformam os regimes de saberes historicamente estabelecidos.

Modulações de sentido que ressoam e servem de impulso para a engenhosidade criativa dos três autores aqui evocados, os quais, ao converteram a biblioteca em artifício literário, deram a ver, por meio desse incessante murmúrio que se chama literatura – uma bela expressão foucaultiana, um grande conjunto de elementos responsáveis por delinear a estrutura conceitual e as estratégias de atuação (atividades e serviços oferecidos ao público) dessas instituições, indicando, ainda, que esses conceitos e estruturas estão diretamente imbricados a experiências concretas que foram projetadas em tempos e espaços específicos.

Neste sentido, o museu alexandrino, o labirinto medieval e a galeria infinita que irrompe através das redes virtuais são representações me-

mente coleções e fundos dispersos fisicamente em outras instituições. Foi lançada em rede no ano de 2006.

tafóricas que, no contexto deste texto, sintetizam de maneira lapidar os usos e sentidos que homens e mulheres cotidianamente evocam para falarem sobre ou de uma biblioteca. Indo mais além, fazem remissão direta às dinâmicas de poder e às expectativas tecidas em torno da informação, dos saberes e de seus substratos. Em suma, as obras de Marguerite Yourcenar, Umberto Eco e Jorge Luis Borges com as quais dialogamos nos servem de aporte para pensarmos a biblioteca como estrutura por meio da qual as interações entre a história e o imaginário exibem-se e se deixam captar. Interações facultadas porque:

A biblioteca, além de ser um acontecimento histórico, é um acontecimento imaginário. Cada um dos modelos biblioteconômicos surgidos na história é o resultado de condições contextuais específicas que responde a uma série de necessidades sociais que estão ligadas com processos sócio imaginários, nos quais se encontram uma série de representações que servem como guia para a construção de cada modelo histórico.⁷⁰

Dizer que a biblioteca é um acontecimento histórico tanto quanto um acontecimento imaginário nos serve, pois, de referência para compreendermos que cada um dos modelos aqui discutidos são representações socialmente construídas que emergiram e ganharam uma existência concreta em momentos históricos específicos e que suas funções respondem a demandas e injunções de tempos e públicos também específicos, mas que não deixam de ser tangencialmente imaginados. Que não deixaram de ser idealizadas e ressignificadas pela potência revelatória que a palavra poética constantemente faz ressoar.

REFERÊNCIAS

ALFARO LÓPEZ, Héctor Guillermo. La biblioteca de Alejandría: el surco de la lectura en el mundo antiguo. *Investigación bibliotecológica*, v. 16, n. 33, p. 48-73, jul./dez. 2002a.

ALFARO LÓPEZ, Héctor Guillermo. La biblioteca y el laberinto. *Investigación Bibliotecológica*, México, v. 16, n. 32, p. 41-54, jan./jun, 2002b.

ARAÚJO, André de. *Dos livros e da leitura no claustro*: elementos de história monástica, de história cultural e de bibliografia histórica para estudo da Biblioteca-

70 No original: “La biblioteca, además de ser un acontecimiento histórico, es un acontecer imaginario. Cada uno de los modelos bibliotecarios surgidos en la historia es el resultado de las condiciones específicas de cada contexto, por lo que llenan una serie de necesidades sociales que se encuentran imbricadas con procesos sociales imaginarios, los cuales se concentran en una serie de representaciones que sirven como guía para la construcción de cada modelo histórico.” Cf.: ALFARO LÓPEZ, 2002b, p. 45. (tradução nossa)

- Livraria do Mosteiro de São Bento de São Paulo (sécs. XVI-XVIII). 343f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BARBIER, Frédéric. *História do livro*. São Paulo: Paulistana, 2008.
- BARTHES, Roland. *Aula*. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo: Planeta, 2003.
- BORGES, Jorge Luis. A biblioteca de babel. In: BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Porto Alegre: Globo, 1998. v. 1. p. 516-523. (Obras Completas)
- BURKE, Peter. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa Moderna. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 44, p.173-185, 2002.
- CALVINO, Ítalo. *Seis propostas para o próximo milênio*. 3. ed. 6. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CASTELLO BRANCO, Lúcia. *Chão de letras: as literaturas e a experiência da escrita*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. (Invenção).
- CAVALLO, Guglielmo. Entre voz y silencio: de la lectura antigua a la lectura medieval. *Estudios Clásicos*, n. 121, p. 63-71, 2002.
- CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002, 2v.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVII*. 2 ed. Brasília: UNB, 1998.
- CHARTIER, Roger. O livro e seus poderes (séculos XV e XVIII). In: COUTINHO, Eduardo Granja; GONÇALVES, Márcio Souza (Orgs.). *Letra impressa: comunicação, cultura e sociedade*. Porto Alegre: Solina, 2009. p. 15-52.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: UNESP, 2002.
- COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.
- CUNHA, Murilo Bastos da. Das bibliotecas convencionais às digitais: diferenças e convergências. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 13, n. 1, p.2 -17, jan./abr. 2008.
- DARNTON, Robert. “O que é a história do livro?”: revisitado. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 10, n. 16, p. 155-169, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1503>. Acesso: 4 de jun. 2021.
- ECO, Umberto. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Ática, 1998. (Múltiplas escrituras).
- FOUCAULT, Michel. A linguagem ao infinito. In: FOUCAULT, Michel. *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária 2009. p. 47-59. v. 3. (Ditos e escritos)
- GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- GOULEMOT, Jean Marie. *O amor às bibliotecas*. São Paulo: UNESP, 2011.
- JACOB, Christian. Alexandria, III século antes J.-C. In: OF, Jacob. *Lieux de savoir: espaces et communautés*. Paris: Albin Michel, 2007. v. 1. p. 1120-1145. (Lieux de savoir).
- LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- MANGUEL, Alberto. *A biblioteca à noite*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3 ed. São Paulo: Ática, 2002. (Temas; 49).
- MCMURTRIE, Douglas C. *O livro: impressão e fabrico*. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- MELOT, Michel. *Livro*. Cotia: Ateliê, 2012. v. 9. (Artes do Livro)
- MOREIRA, Maria Elisa Rodrigues. *Literatura e biblioteca em Jorge Luis Borges e Ítalo Calvino*. 255f. Tese. (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. *DataGrmaZero*, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm. Acessado em: 7 jan. 2014.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. Lição de Casa. In: BARTHES, Roland. *Aula*. 12 ed. São Paulo: Cultrix, 2004. p. 49-89.
- SERRAI, Alfredo. História da biblioteca como evolução de uma ideia e de um sistema. *R. Esc. Bibliotecon*, Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 141-161, set. 1975.
- YOURCENAR, Marguerite. *Memórias de Adriano*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (Grandes Romances).